

Reunião hoje para montar as comissões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A montagem do xadrez das comissões temáticas e da comissão de sistematização da Assembléia Nacional Constituinte será objeto da reunião de hoje dos líderes do PMDB, a partir das 20 horas, no apartamento do deputado Luiz Henrique, com os coordenadores de suas bancadas. E o primeiro desafio dos líderes Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique estará na harmonização de interesses dentro do próprio PMDB.

As comissões de sistematização e de ordem econômica e social são as que darão mais trabalho para ser armadas, diante do grande número de candidatos.

O cargo de relator da Ordem Econômica, da Comissão de Sistematização, é disputada pelo próprio líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, pelo ex-líder na Câmara, deputado Fimenta da Veiga, pelo ex-líder do PDS, deputado Prisco Viana (BA), pelo ex-presidente da OAB, deputado Bernardo Cabral (AM), e pelo estreatante Renato Jobim, autor de polêmicas propostas relativas à soberania da instituição.

A presidência estava reservada ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o mais velho constituinte, presidente da comissão de notáveis, que elaborou o anteprojeto da nova Constituição, como seu pai, em 1934. Mas surgiu um complicador: a candidatura do líder do minúsculo PL, Adolfo Oliveira, muito ligado ao líder do PMDB na Constituinte, o senador Mario Covas.

E se, eventualmente, a presidência da comissão de ordem econômica couber ao PMDB, será disputada pelo senador Severo Gomes, da preferência de Covas, e pelo deputado Roberto Cardoso Alves. E para relator dessa Comissão, a disputa está entre o senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), dono de usinas, e o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), ligado às esquerdas.

Para a Comissão de Sistematização, a bancada de Pernambuco já indicou Nilson Gibson, da antiga Arena, enquanto Covas propôs o nome de Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça, que assinou a mensagem convocando a Constituinte.

E todos esses são apenas alguns tipos dos problemas com que se defrontarão, a partir de hoje, os líderes do PMDB com os coordenadores das bancadas federais dos estados.

Pasta 26 a 31
março/87
079

DOMINGO 29 DE MARÇO DE 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

29 MAR 1987

ANC pag. 5

Polít

Políticos respondem à crise com diretas-88

DEBORA DA COSTA

A eleição direta do sucessor do presidente José Sarney poderá até ocorrer em 1988, logo após a promulgação da nova Constituição do País. Não há, porém, clima favorável a uma mobilização popular para antecipá-la, como ocorreu em 1984, segundo experientes políticos. Se houvesse, eles acham que os ex-governadores do Rio, Leonel Brizola, de São Paulo, Paulo Maluf, o PT de Luiz Inácio da Silva, setores do PMDB e do PFL já estariam realizando comícios e passeatas com tal objetivo.

A preocupação central dos políticos brasileiros é com a superação das dificuldades econômico-financeiras do momento. Depois, com o bom desempenho da Assembléia Nacional Constituinte. Em nada ajuda alcançar tais objetivos o esforço representado por uma campanha direta para presidente da República.

"Não existe esse estado de espírito a favor, em consequência da frustração da sociedade com o que está ocorrendo hoje com a economia e com a própria administração. Não há bandeira que sensibilize um povo com a berriga vazia", segundo o 2º vice-presidente da Constituinte, Jorge Arinos (PDS/PA).

"O clima não é ainda favorável", concorda o deputado Egydio Ferreira Lima. Segundo ele, "a sociedade se irritou com a rejeição da emenda Dante de Oliveira e a carga emocional da sociedade se transferiu para a campanha para a ida de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. Depois veio o fechamento do Congresso. Se o governo sair dessa situação, se o pre-

sidente Sarney tomar as rédeas do governo, pode ter mandato de quatro, cinco, até seis anos. Se tudo continuar como está, ninguém conterà a campanha pelas diretas, após a promulgação da Constituinte. A sociedade ainda se encontra, porém, sob a expectativa de que sairemos do buraco", conclui o deputado nordestino.

Pessedista independente, a deputada Miriam Portela (PDS/PI) acha que "a tendência de setores do PFL de defender as diretas já é pura emoção de quem foi aliado da Constituinte. Esse não é o momento para a mobilização popular porque toda a sociedade deve concentrar-se na elaboração da nova Constituição. A distração seria até perigosa".

"Não há mobilização porque os que defendiam as diretas estão, agora, no governo. A crise econômica é deles. Não há esforço articulado pelas diretas porque todo mundo ainda está sob o impacto da avalanche eleitoral do PMDB", segundo o líder do PL, Adolfo de Oliveira.

"A campanha das diretas já tem condições de empolgar o eleitorado por causa do problema econômico e do descontentamento do povo. É hora de surgir uma nova liderança como a de Mário Covas, que está emergindo para tomar o lugar de Ulysses Guimarães, com menos idade e idéias novas", segundo Agripino de Oliveira Lima (PFL/SP).

"A superação da crise político-econômico-financeira é mais importante do que a mobilização que pode-

ria ser vista como protelatória. A eleição agora, não resolve a crise, de jeito nenhum", diz Homero Santos (PFL/MG), 1º vice-presidente da Câmara.

"A sociedade está mais interessada na sua sobrevivência, preocupada com sua dependência externa. O povo tem o dom de saber quando o País se encontra ameaçado pelos bancos e pelas multinacionais", afirma o comunista Fernando Santana (PCB/BA).

"Temos como primeiro objetivo sair da crise. Depois pensar nas diretas. Enquanto não colocarmos a economia em ordem, não vejo condições para mobilização popular, embora haja aspiração nacional pelas diretas", diz o senador Virgílio Távora, secretário-geral do PDS. Ele garante que não se contradiz: "É que o governo precisa, no momento, enfrentar a crise com medidas muito severas, o que não é possível em ambiente pre-eleitoral", conclui.

Para outros políticos, a bandeira das diretas já é hasteada com objetivos meramente fisiológicos. Sempre que um senador ou deputado não consegue nomear um amigo diretor no banco oficial ou não obtém benefício para sua cidade, deixa o ministério onde foi preterido, anunciando que vai defender a imediata eleição do sucessor do presidente José Sarney. É o que ocorre, principalmente no PMDB, e no PFL, em cujas fileiras se encontram muitos senadores e deputados que votaram pela rejeição da emenda Dante de Oliveira. (Brasília — Agência Estado).